



AGENDA AMBIENTAL NA ADIMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DE UMA IFES AS DIRETRIZES PROPOSTAS PELA A3P

Claudio Luiz de Freitas
Altair Borgert
Elisete Dahmer Pfitscher

RESUMO

O Governo Federal engajado nas discussões a respeito da sustentabilidade ambiental criou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que visando inserir princípios de responsabilidade socioambiental nas ações desenvolvidas pelos entes públicos. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a aderência de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) as diretrizes propostas pela A3P. Para tanto se realizou entrevista semi-estruturada com o coordenador responsável pelas políticas ambientais da IFES, acompanhada da aplicação de um *check-list*. Assim, o presente estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo; realizado por meio de um estudo de caso, com abordagem qualitativa do problema. Os resultados mostram que a IFES não possui aderência total a A3P, sendo as lacunas de não aderência caracterizadas pelas dificuldades de sensibilização e capacitação dos *stakeholders*; sensibilização e motivação dos gestores para a implantação da A3P; e questões relacionadas à gestão de resíduos e licitações sustentáveis. O estudo mostra também que apesar de aderir parcialmente às diretrizes propostas pela A3P, a IFES não possui políticas ambientais claramente definidas, sendo isoladas as ações de caráter socioambiental desenvolvidas por algumas unidades da IFES.

Palavras-chave: Agenda ambiental na administração pública. A3P. Instituições federais de ensino superior.

1 INTRODUÇÃO

A temática socioambiental, pauta das principais reuniões mundiais, é foco de discussões corporativas, governamentais e acadêmicas. Em qualquer que seja o fórum de discussão, a temática expressa sua importância e relevância.

Um dos eixos da temática socioambiental é a sustentabilidade que, senão o mais discutido elemento dessa temática, é um dos assuntos de destaque.

Direcionando para essa questão a sustentabilidade ambiental ganhou espaço e assumiu a frente das discussões, especialmente, a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO-92), quando da criação da Agenda 21 que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2011a), é “um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.”

A pressão pela sustentabilidade não comporta apenas ações e cobranças destinadas à iniciativa privada. O desenvolvimento sustentável que, para Organização das Nações Unidas, é entendido “como aquele que atende às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazê-las” deve ser entendido como um compromisso global, aplicável a todos os agentes envolvidos. (RIBEIRO, 2010, p. 6).

Neste sentido, a administração pública, além de normatizar e fiscalizar as ações provenientes da iniciativa privada, no sentido de promover a sustentabilidade, deve também ser agente ativo nas ações que permitam o desenvolvimento sustentável. Ou seja, a administração pública é tão promotora da sustentabilidade ambiental quanto à iniciativa privada. Assim, com base nesta premissa, o Governo Brasileiro, por meio do Ministério do Meio-Ambiente (MMA) criou a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Tal agenda baseia-se nas diretrizes propostas pela Agenda 21 e é aplicável a administração pública direta e indireta, nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal.

Embora não seja regulamentada por força de Lei e, portanto, sua adoção não seja compulsória, a A3P é recomendada pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, órgão responsável pelo gerenciamento das políticas públicas direcionadas a implantação e manutenção da A3P (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011a). Concomitantemente, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), enquanto entes integrantes da administração pública, também, podem aderir ao desenvolvimento da A3P.

A abordagem da questão socioambiental no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) tem sido estudada por diversos pesquisadores, seja no contexto nacional, seja no contexto internacional, como se observa nas pesquisas de Herremans e Allwright (2000); Noeke (2000); Carpenter e Meehan (2002); Arvidsson (2004); Sommalisto e Arvidsson (2005); Boff, Oro e Beuren (2008); Bolzan, Weber e Löbler (2010); Dziejczak e Dziejczak (2010); Paula e Mendonça (2010); Lima Jr., Oiko e Cavicchioli (2010); Lozano (2011); entre outros.

No entanto, as pesquisas já realizadas que abordam, de alguma forma, a temática socioambiental nas instituições de ensino superior, não exploram a o assunto A3P, seja no âmbito das universidades municipais, estaduais ou federais. Assim, face ao exposto, emerge a seguinte indagação: Qual o nível de aderência de uma IFES, da região sul do Brasil, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

Para que tal indagação seja respondida, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas ambientais e a aderência de uma IFES, da região sul do Brasil, a A3P. Em termos específicos objetiva-se: (a) Identificar, dentre as ações propostas pelo MMA, quais são desenvolvidas pela IFES; (b) Identificar, na percepção dos responsáveis pela implantação da A3P, na IFES, qual o status da implantação; e (c) confrontar o status de implantação da A3P,

segundo os responsáveis pela implantação, com as ações propostas pela A3P, já desenvolvidas na IFES.

2 METODOLOGIA

A trajetória metodológica desta pesquisa iniciou com a seleção de referencial teórico, para composição da revisão de literatura, priorizando os trabalhos com enfoque voltado para: (i) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); e (ii) gestão socioambiental em Instituições de Ensino Superior (IES).

Na sequência solicitou-se ao Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, que fosse disponibilizada, para fins de pesquisa acadêmica, a Minuta do Termo de Adesão a A3P, enviada a Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), objeto do estudo.

Com base na minuta do termo de adesão, identificou-se que o documento que define as diretrizes para implantação da A3P é o Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P. Procedeu-se a leitura desse material e a partir dessa leitura, identificaram-se itens possíveis de serem realizados/implantados pela IFES.

De posse dessas informações, elaborou-se um *check-list* e, a partir dele e do conhecimento da realidade da IFES, elaborou-se um roteiro de entrevista e aplicou-se uma entrevista semi-estruturada com o Coordenador de Gestão Integrada da IFES.

Dos dados obtidos pela entrevista e pelo *check-list* procedeu-se a análise dos resultados a fim de responder os objetivos específicos apresentados na seção 1 – Introdução.

Para que se possa compreender a trajetória metodológica apresentada, na sequência, apresenta-se o enquadramento metodológico e os procedimentos para coleta e tratamento dos dados.

2.1 Enquadramento metodológico

A presente pesquisa assume caráter exploratório quanto a sua natureza, sendo realizada por um estudo de caso, com abordagem qualitativa do problema.

Os estudos exploratórios permitem aumento do conhecimento acerca de determinado fenômeno, possibilitando esclarecimentos necessários para o desenvolvimento de pesquisas posteriores, as quais necessitam de aprofundamento prévio. (TRIVIÑOS, 2009; GIL, 2009;).

Já o estudo de caso consiste em uma abordagem empírica na investigação de um fenômeno diante de um contexto específico, visando aprofundar o conhecimento sobre aspectos pontuais. (YIN, 2005; GIL, 2009; MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Abordagem qualitativa pressupõe a análise, interpretação e compreensão de fatos, em contraposição a abordagem quantitativa em que se predomina a mensuração e utilização de instrumentais estatísticos. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009; RICHARDSON, 1999)

A fonte de coleta de dados é, inicialmente, secundária, pois se recorreu ao Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P para formar o *check-list* e o roteiro da entrevista semi-estruturada.

As fontes de dados primárias consistem em informações, que colhidas diretamente na origem, não possuem tratamento analítico, e caracterizam-se por permitirem buscar particularidades não disponíveis em outra fonte. (COLAUTO; BEUREN, 2003; LINO, 2008).

Num segundo momento, quando da coleta de dados, efetivamente, utilizou-se de fonte primária, realizada por meio de entrevistas semi-estruturada e aplicação do *check-list*.

A fonte secundária de coleta de dados são aquelas em que as informações já sofreram tratamento analítico prévio e estão publicadas. (COLAUTO; BEUREN, 2003; LINO, 2008).

Assim, adotado o enquadramento metodológico apresentado, a próxima seção apresenta os procedimentos utilizados para coleta e tratamento dos dados.

2.2 Procedimento de coleta e tratamento dos dados

Para a coleta de dados utilizou-se de dois instrumentos: (a) entrevista semi-estruturada; e (b) *check-list*.

A entrevista, de acordo com Martins e Theóphilo (2009, p.88)

Trata-se de uma técnica, para coleta de informações, dados e evidências cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente [...]. A entrevista semi-estruturada é conduzida com o uso de um roteiro, mas com a liberdade de serem acrescentadas novas questões pelo pesquisador.

Assim, para a entrevista semi-estruturada, elaborou-se um roteiro, observadas as disposições do Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P; do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e a realidade da instituição, no objetivo de que o roteiro contemplasse questões pertinentes a instituição e a gestão ambiental desta, dado o objetivo da pesquisa.

Neste sentido, para a realização da entrevista, buscou-se o contato do coordenador de gestão ambiental da Instituição Federal de Ensino Superior. Desse contato inicial, obteve-se a informação que o professor que ocupava essa função não a ocupa mais, e o contato foi redirecionado a Coordenação de Gestão Integrada. As informações dessa coordenação já haviam sido divulgadas, também, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A partir das informações obtidas na IFES e no MMA, foi possível contatar o coordenador de gestão integrada da IFES, para realização da entrevista.

Tal entrevista foi gravada e posteriormente transcrita para análise das informações coletadas. Foi assegurado ao entrevistado sigilo acerca da sua identidade e por esta razão seu nome, área de formação, departamento de atuação e outras informações que permitam sua identificação não são fornecidos nesse trabalho.

Para o *check-list*, inicialmente procedeu-se a leitura e análise do material disponibilizado pelo MMA, em especial o Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P, assim como a minuta do Termo de Adesão e um modelo de plano de trabalhos, disponibilizado pelo MMA.

Após a leitura e análise do referido material, com base na realidade da IFES estudada, elaborou-se um *check-list* com foco em dois aspectos da A3P: (a) Objetivos da A3P; e (b) Eixos temáticos da A3P.

Para os cinco objetivos da A3P, definidos pelo MMA foram elaborados sete questões no *check-list*. Para os cinco eixos temáticos da A3P, foram elaboradas trinta e seis questões no *check-list*.

Para cada questão deste instrumento de coleta de dados, havia duas opções possíveis de serem respondidas: “adere”, “não adere”.

O *check-list* foi analisado com base na percepção do coordenador de gestão integrada da IFES e posteriormente analisado, individualmente e em conjunto com as demais informações coletadas na entrevista realizada.

Cumprе ressaltar, ainda, que para efeitos deste estudo, considerou-se como nível de aderência a quantidade de itens constantes do *check-list* assinalados como “adere”, analisados conjuntamente com as respostas “não adere” e com os dados coletados na entrevista e, adicionalmente, com informações coletadas junto ao MMA.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção contempla três eixos de revisão da literatura. Inicialmente, aborda-se a gestão ambiental, seguida da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e, por fim, apresentam-se pesquisas, que por envolverem a temática A3P e gestão socioambiental em instituições de ensino, são considerados trabalhos similares.

3.1 Gestão ambiental

De acordo com Coelho (1996) a gestão ambiental é a forma que a organização possui para atingir a qualidade ambiental desejada. Além disso, conforme Dias (2006), senão a mais importante, pelo menos uma das mais importantes ferramentas dirigidas ao desenvolvimento sustentável.

O objetivo da gestão ambiental é promover o equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos, inerentes a existência e ao conjunto de relações humanas, mantendo-se atentos aos normativos emanados do poder público e entidades com poder para emitir normatizações a respeito. (DIAS, 2006; FERREIRA *et al*, 2008; BONISSONI *et al*, 2009).

Fica claro, então, que a gestão ambiental possui um campo de atuação amplo e, que tal amplitude, se justifica quando a temática ambiental é compreendida “em sua complexidade, como um conjunto de fatores que constituem o todo”. (PHILIPPI JR; BRUNA, 2009, p.695)

Assim, de acordo com Berté (2009) a gestão ambiental não se limita a iniciativa privada e, no seu campo de atuação, poder público e sociedade civil não se opõem, mas se complementam.

Nesse sentido, emerge a temática Agenda Ambiental na Administração Pública, apresentada na próxima seção.

3.2 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é fruto de uma iniciativa do Governo Federal, de implantar a questão do desenvolvimento sustentável no cotidiano das organizações públicas.

Partindo dessa prerrogativa, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2011b), que coordena as ações da A3P, tal agenda está em conformidade com o Capítulo IV da Agenda 21 que, de acordo com o a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA),

“indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”; no Princípio 8 da Declaração do Rio/92 que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; e ainda na Declaração de Johannesburgo que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”.

Portanto, a iniciativa da A3P vem de encontro a demandas já estabelecidas em circunstâncias anteriores que enfatizam a necessidade de revisão de padrões de sustentabilidade, também a organizações públicas.

Ainda, segundo o MMA (2011c), a A3P atende ao princípio da eficiência, estabelecido no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e é reconhecida pela UNESCO, mas

principalmente, tem como objetivo maior a inserção de princípios de responsabilidade socioambiental no contexto da administração pública.

A A3P está sustentada por cinco objetivos, a saber:

1. Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
2. Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais;
3. Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
4. Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública;
5. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida. (MMA, 2011c)

Assim, para o atendimento destes cinco objetivos, o MMA estabeleceu o desenvolvimento da A3P sob cinco eixos temáticos, baseados na política dos 5R's (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos):

1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
2. Gestão adequada dos resíduos gerados;
3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
4. Sensibilização e capacitação dos servidores;
5. Licitações Sustentáveis. (MMA, 2011c)

A A3P, que surgiu em 1999 e desde 2004 tem integrado os Planos Plurianuais dos governos não possui obrigatoriedade legal de adesão, mas é recomendada pelo MMA, a qualquer ente da administração pública, seja da esfera federal, estadual ou municipal.

Assim, nesse contexto, verificar a adesão das instituições de ensino a tal agenda, torna-se relevante, no entanto, observa-se na literatura, que não existem trabalhos abordando a A3P ao contexto das Instituições de Ensino Superior, conforme apresentado na seção 3.3 – Pesquisas similares.

3.3 Pesquisas similares

A discussão a respeito da gestão ambiental nas organizações públicas e, especialmente, nas universidades, não é recente, tão pouco escassa. Nogueiro (2008), por exemplo, discutiu a importância da gestão ambiental nos municípios portugueses, revelando que há um baixo desempenho ambiental nos municípios estudados, demonstrando uma necessidade emergente de adoção de novas práticas e políticas públicas focadas no desenvolvimento sustentável.

Barata; Kligerman e Minayo-Gomez (2007) discutiram a necessidade de implantação de Sistema de Gestão Ambiental na administração pública, destacando a importância do envolvimento dos dirigentes e demais *stakeholders* envolvidos.

Loyola (2008), em seu estudo sobre a responsabilidade socioambiental na administração pública, discorreu sobre os princípios da moralidade e (eco) eficiência, pertinentes a administração pública, propondo que a instituição a qual pesquisara adotasse a A3P.

Especificamente a respeito das universidades, Herremans e Allwright (2000) pesquisaram quais as iniciativas de gestão ambiental foram desenvolvidas nas universidades norte americanas. Os autores observaram que algumas instituições adotam Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) para auxiliar na organização das suas atividades e com o objetivo de reconhecer e reduzir os impactos ambientais provocados pela atuação da instituição. Os

autores apresentam ainda um framework que pode servir de orientação para outras instituições desenvolverem seus próprios SGA's.

Noeke (2000) em seu estudo descreveu a experiência da Universidade Paderborn, na Alemanha, no que se refere à criação de um sistema de gestão ambiental, discutindo o contexto e o processo de implantação, incluindo os elementos que influenciaram a adoção de tal sistema, desde a concepção até a efetiva implantação e certificação.

Carpenter e Meehan (2002) discutiram a relevância da gestão ambiental nas universidades da Austrália e Nova Zelândia, apresentando um esquema conceitual e um modelo de mudança organizacional para ser discutido a fim de que as universidades possam avaliar o progresso de implantação de gestão ambiental institucional.

Arvidsson (2004) estudou os relatórios de sustentabilidade de universidades suecas, que são obrigadas a apresentar relatórios anuais de políticas ambientais e constatou que a maioria desenvolveram apenas um estudo preliminar da gestão ambiental e não deram continuidade ao projeto.

Sommalista e Arvidsson (2005) estudaram a implantação da gestão ambiental nas universidades suecas, com base na normatização e nos relatórios das universidades; e concluíram que as universidades focam apenas em aspectos básicos e diretos, como resíduos sólidos e uso de papel.

Boff, Oro e Beuren (2008); estudaram a Gestão Ambiental em uma IES. Os autores concluíram que assumir o compromisso socioambiental depende de crenças e valores dos dirigentes, que respondem pela tomada de decisão, mas que ainda assim, a IES é responsável por assegurar qualidade e proteção ambiental

Bolzan, Weber e Löbler (2010) estudaram como são tratados os resíduos sólidos em uma instituição pública. Os autores construíram um mapeamento dos resíduos gerados pela instituição, além de coletaram a opinião de *stakeholders* a respeito da temática. De posse de tais informações os autores concluíram que os principais resíduos gerados pela instituição estudada são papéis provenientes de rotinas administrativas e pedagógicas, e copos plásticos e que na opinião dos *stakeholders* que participaram da pesquisa, era necessária a implantação de projeto que viabilizasse o tratamento adequado dos resíduos gerados.

Dziedzic e Dziedzic (2010) pesquisaram o fluxo de materiais em uma universidade de Curitiba, focando na minimização de emissões, consumo de água e energia e produção de esgoto e resíduos. Com tal pesquisa os autores conseguiram determinar as emissões da universidade e analisar alterações para redução das emissões, incluindo modificações estruturais nas instalações, através de troca de componentes e equipamentos e também através da inclusão de novos componentes e equipamentos, sendo elaborado, para cada alteração, um estudo de viabilidade com base na relação custo versus benefícios e redução das emissões.

Lima Jr., Oiko e Cavicchioli (2010) estudaram a caracterização, destinação final de resíduos sólidos e avaliação do nível de conscientização dos funcionários da Universidade Estadual de Maringá, quanto ao gerenciamento de resíduos em setores específicos da instituição. Os autores concluíram que além da ausência de uma estrutura de logística reversa, a universidade deixa a desejar no que se refere a políticas de redução e reutilização. Os autores identificaram, também, a necessidade de implantação de um programa integrado de coleta seletiva, priorizando a conscientização.

Paula e Mendonça (2010) discutiram a importância da atuação socioambiental das IES. A luz de teorias e modelos como Fischer (1996); Mitchel; Agle e Wood (1997); Calderón (2005), os autores buscaram em projetos desenvolvidos por Instituições de Ensino superior de Recife e Caruaru, ambas as cidades do estado de Pernambuco, e no entendimento dos membros organizacionais que coordenavam os projetos estudados, o alinhamento dos projetos com os modelos que basearam o estudo.

Lozano (2011) pesquisou os relatórios de sustentabilidade de algumas universidades européias. Como resultado o autor constatou que as universidades ainda apresentam as informações em estágios iniciais, quando os relatórios são comparados aos de empresas comerciais e industriais. O autor afirma ainda que as universidades poderiam aprender com a experiência das empresas comerciais e industriais, no sentido de formar esforços para incorporação de práticas que permitam o alinhamento das ações institucionais das universidades com as diretrizes de sustentabilidade.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme afirma Boff, Oro e Beuren (2008) as instituições de ensino superior são responsáveis por prover e disseminar o conhecimento e, por essa razão, assumem a responsabilidade por proteger e assegurar a qualidade do meio ambiente. Neste sentido, entender a sua atuação no contexto de responsabilidade socioambiental se faz necessário.

Nesse sentido, uma das formas de implantação e/ou operacionalização da gestão socioambiental que podem ser perseguidas pelas instituições públicas de ensino é a adesão a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Assim, adotados os procedimentos e a trajetória metodológica apresentada na seção 2 – Metodologia – esta seção aborda os resultados alcançados pelo presente estudo.

Conforme apresentado na seção 1 – Introdução – a presente pesquisa buscou, inicialmente, identificar, dentre as ações propostas pelo MMA, quais destas ações são desenvolvidas pela IFES. Para isso os autores elaboraram um *check-list* composto de quarenta e três questões, sendo sete itens referentes aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); e 36 itens referentes aos eixos temáticos da A3P.

As questões foram formuladas com base no Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P – e as respostas foram coletadas a partir das falas do Coordenador de Gestão Integrada, da IFES pesquisada.

Em relação aos objetivos da A3P, percebeu-se que a IFES atende integralmente a três dos cinco objetivos da A3P, conforme evidencia o Quadro 1.

Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não adere
Objetivo 1 – Sensibilização dos gestores		
Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição?		X
Objetivo 2 – Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais		
A gestão ambiental na IFES promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos?	X	
A gestão ambiental na IFES promove a redução de gastos institucionais?		X
Objetivo 3 – Redução do impacto socioambiental negativo		
A gestão ambiental na IFES contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?	X	
Objetivo 4 – Revisão de padrões de produção e consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade		
A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?	X	
A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?	X	
Objetivo 5 – Melhoria da qualidade de vida		
A gestão ambiental na IFES contribui para a melhoria da qualidade de vida dos <i>stakeholders</i> ?	X	

Quadro 1 – *Check-list* adesão aos objetivos da A3P

Fonte: Adaptado de Ministério do Meio Ambiente (2009, 2011c)

Percebe-se que apesar da adesão integral a três dos cinco objetivos, um objetivo é adotado parcialmente e o outro não é adotado pela instituição. Chama a atenção, no entanto, que o objetivo que não possui adesão da universidade, se refere à sensibilização dos gestores.

Tal objetivo é considerado pelos autores desta pesquisa, o de maior relevância entre os cinco, visto que a implantação de um sistema de gestão ambiental está condicionada ao aval dos gestores, especialmente no caso da administração pública e da A3P em que não há obrigação legal para implantação.

Por outro lado, observa-se certa autonomia por parte dos *stakeholders* que desenvolvem ações voltadas para uma melhor gestão ambiental da instituição, mesmo sem o respaldo dos gestores, o que também evidencia uma demanda da comunidade em relação à questão socioambiental, que carece de apreciação por parte da administração da instituição.

Todavia, ressalta-se que conforme apresentado por Boff, Oro e Beuren (2008) a prerrogativa de adoção de gestão ambiental em uma instituição de ensino parte dos dirigentes, amparados por seus valores éticos e morais.

Já em relação aos eixos temáticos da A3P, observa-se que a instituição não adota dois dos eixos temáticos propostos, mas adota parcialmente outros três eixos, conforme apresentado no Quadro 2.

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não adere
Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?	X	
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?	X	
Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados		
A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's?		X
A coleta seletiva na IFES atende a resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2005?		X
A IFES realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		X
A IFES possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?		X
Há destinação adequada a resíduos perigosos?	X	
Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho		
A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas?		X
A IFES atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?	X	
A IFES possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas?		X
A IFES possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?		X
A IFES possui controle da jornada de trabalho?	X	
A IFES possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?		X
Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?	X	
A IFES possui programa de saúde ocupacional?		X
A IFES possui programa de orientação nutricional?	X	
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	X	

A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?		X
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?	X	
A IFES incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?	X	
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?	X	
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?	X	
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?	X	
A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?	X	
A IFES incentiva e respeita a privacidade pessoal?	X	
A IFES incentiva e respeita o tratamento impessoal?	X	
Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores		
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?		X
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?		X
A IFES desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?		X
A IFES desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?		X
Eixo 5 – Licitações sustentáveis		
A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?		X
A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?		X
A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?		X

Quadro 2 - Check-list adesão aos eixos temáticos da A3P

Fonte: Adaptado de Ministério do Meio Ambiente (2009; 2011c)

O primeiro eixo temático, que se refere ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos e é único que atende integralmente as ações propostas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), vai de encontro com o objetivo 2 da A3P corroborando com a resposta obtida para esse questionamento. No entanto, necessário se faz observar que algumas das ações contempladas nestes itens do *check-list*, não correspondem a políticas ambientais da instituição, mas ainda assim assumem a caracterização de ação ambiental.

O segundo eixo evidencia uma situação preocupante e já pesquisada em outras instituições (Lima Jr; Oiko; Cavicchioli, 2010; Bolzan; Weber; Löbler, 2010; Dziedzic; Dziedzic, 2010) que se refere à destinação adequada de resíduos gerados.

No que se refere à instituição pesquisada, observa-se que a instituição possui ações de destinação dos resíduos gerados, como no caso do lixo orgânico produzido pelo restaurante universitário e um projeto de coleta seletiva de um dos centros de ensino da instituição.

A IFES possui ainda um programa em implantação que visa minimizar a utilização dos papéis em processos e rotinas administrativas, através do uso de um sistema informatizado. Tal ação gera uma repercussão positiva sob o aspecto da gestão ambiental, pois como consequência está reduzindo o uso de papéis na instituição. Todavia, deve-se atentar para o fato de que tal projeto não integra uma política ambiental da instituição, e apesar de gerar uma consequência positiva para a gestão ambiental, é fruto de uma ação de otimização de processos e não de uma ação para redução de impacto ambiental.

O terceiro trata das condições oferecidas pela instituição, no que se refere à qualidade de vida de seus colaboradores. Observa-se que as maiores dificuldades encontradas pela instituição nesse sentido estão relacionadas à saúde e segurança no trabalho.

Por outro lado, ao contemplar este mesmo eixo, a IFES tem investido em projetos que permitem maior acessibilidade e inclusão social.

O quarto e o quinto eixo são, entretanto, mais preocupantes, uma vez que tratam de aspectos fundamentais para a implantação e manutenção da A3P na instituição, pois se referem à capacitação e sensibilização dos *stakeholders* e a questão da aquisição de obras, serviços e produtos que atendam a padrões adequados de sustentabilidade.

Em relação ao eixo 4, que trata da sensibilização e capacitação dos *stakeholders*, observa-se algumas dificuldades na instituição, dentre as quais os autores do presente trabalho indagam: Como sensibilizar colaboradores e usuários da instituição, se os gestores, principais responsáveis pela sensibilização não se sensibilizam, como se observa na não adesão do primeiro objetivo da A3P?

O quinto eixo, que trata da licitação sustentável tem sua importância na medida em que as compras e contratações da instituição impactam, ainda que no longo prazo, os gastos institucionais. Sabe-se que ao tratar desse assunto, em especial, esbarra-se na legislação, que nem sempre converge com as diretrizes de gestão socioambiental, além disso, tem-se aqui, novamente, mais um exemplo do problema encontrado em relação ao eixo 4, pois além dos aspectos legais, a sensibilização e capacitação são fatores determinantes na execução das ações de qualquer um dos outros eixos temáticos da A3P.

Frente às respostas obtidas para o check-list, e constatadas as áreas de menor adesão da IFES as ações propostas pelo MMA, o presente estudo, também, buscou entender a visão do responsável pela gestão ambiental da instituição, sendo os pesquisadores direcionados a Coordenação de Gestão Integrada (CGI), que comporta, atualmente, a questão de gestão ambiental na IFES, conforme afirma o Coordenador da CGI.

De acordo com o exposto na seção 2 – Metodologia – buscou-se informações a respeito da instituição para que se pudesse formar um roteiro para realização da entrevista. Nesse sentido, buscou-se através do site da instituição a sua coordenação de gestão ambiental. Identificou-se pelo site e em placas espalhadas em um dos campus da instituição que a universidade afirma já ter aderido a A3P.

A respeito dessas informações questionou-se qual o efetivo status da implantação da A3P na universidade. Para este questionamento, o Coordenador da CGI informou que

Não tem nada, absolutamente nada mais, nada válido. Nem diagnóstico, nem a documentação geral. Efetivamente nada. Nem as pessoas que estavam engajadas não estão mais. A gente tá tratando como se [...] começasse do zero.

Cumpramos ressaltar que ao tratar como um projeto que está sendo iniciado, o entrevistado afirma que a IFES ainda não possui adesão formal a A3P: “pela própria regra do A3P, já não tem mais validade nenhuma essa adesão [...], mesmo porque ela (a instituição) não formalizou”.

No entanto, o entrevistado informou que tramitou internamente uma proposta para adesão, ainda na Coordenação de Gestão Ambiental, mas tal proposta não chegou a ser formalizada junto ao MMA.

Assim como se observou no check-list, em relação ao objetivo 1 e ao eixo temático 4, que versam sobre a sensibilização de gestores e *stakeholders*, respectivamente, observa-se neste caso que um dos principais entraves para a adesão total da IFES as diretrizes da A3P encontra-se no aspecto da sensibilização.

Embora o coordenador de gestão integrada não confirme, explicitamente, que ainda é necessário um trabalho de sensibilização junto à comunidade universitária e que vive nos arredores do campus da instituição, ao assumir que houve uma tramitação interna para adesão a A3P, permite a interpretação de que a sensibilização, inclusive da gestão, faz-se necessária.

Em relação ao eixo temático 2, que se refere à gestão adequada dos resíduos adequados, observa-se outro aspecto que merece atenção da instituição.

Ao ser questionado sobre a gestão dos resíduos sólidos, o entrevistado afirmou que a instituição possui destinação adequada, citando alguns exemplos de projetos e práticas adotadas pela instituição.

Entretanto quando questionado sobre aspectos legais, tratados pela A3P, como a coleta seletiva solidária, o entrevistado demonstrou uma grande dificuldade da universidade, dado a forma de conduzir e as disposições legais impostas.

Ainda sobre a destinação adequada de resíduos sólidos, observa-se na instituição a utilização inadequada de lixeiros, que embora atendam finalidade de gestão ambiental, são utilizados ou dispostos em desconformidade com o que estabelece a legislação.

Além da gestão de resíduos e da questão da situação da implantação da A3P na IFES, dois outros aspectos chamaram atenção, a questão da adesão de outras IFES a A3P e a questão dos custos e financiamentos gerados pela gestão ambiental da instituição.

Em relação às instituições de ensino o MMA reconhece apenas a adesão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual o coordenador da CGI informou não ter conhecimento, mas que no momento oportuno pretende conhecer.

Os autores do presente trabalho, com base nos resultados do *check-list* e na entrevista realizada questionam quando será o momento oportuno, visto que há uma demanda não suprida na instituição por melhores práticas e políticas claras de gestão ambiental?

Já em relação aos custos e financiamento da gestão ambiental da IFES, chamou a atenção o desconhecimento apresentado pelo coordenador de gestão integrada, que ao ser questionado sobre os custos gerados pela gestão ambiental, afirmou que

Não faz nem idéia, não tem nem idéia disso. [...] Não tem, porque se a gente não conhece nem as iniciativas que estão em andamento, não tem elencadas as prioridades, qual é a consciência que eu vou ter desse tipo de informação? Mal [...] se sabe o que é pago para as terceirizadas que fazem as coletas dos resíduos.

A respeito de tal informação, cabe lembrar que um dos objetivos da A3P é a redução dos gastos institucionais. Assim, sendo esse um dos objetivos, questiona-se se de fato os custos ambientais são irrelevantes nesse processo, para justificarem o desconhecimento do coordenador de gestão integrada?

Emerge então, mais um entrave na adesão da instituição a A3P, a redução dos gastos institucionais, a partir de uma melhor gestão socioambiental.

Assim, confrontando a entrevista realizada com o Coordenador da CGI, com as respostas dadas ao *check-list*, não é possível afirmar que a IFES possui aderência total a A3P, pois a instituição adere a 24 itens, contra 19 que não se aderem.

Com base nas informações do *check-list* e nas respostas do entrevistado, a principal dificuldade da instituição para adesão a A3P está centrada na motivação e sensibilização dos *stakeholders*.

Assim, diante do exposto, os autores tecem seus comentários finais, na seção 5 – Conclusão.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a adesão, de uma IFES da região sul do Brasil, as diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), propostas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Para tanto se buscou informações junto ao MMA e junto a IFES e com base nessas informações elaborou-se um *check-list*, apresentado na seção 4 – Apresentação e discussão dos resultados.

Com a aplicação do *check-list* contemplou-se o primeiro objetivo específico proposto: Identificar, dentre as ações propostas pelo MMA, quais são desenvolvidas pela IFES.

O segundo objetivo específico foi contemplado, também na seção 4, quando apresentados entendimentos do coordenador de gestão integrada a respeito da adesão formal da IFES a A3P, da gestão de resíduos sólidos, da experiência de outras instituições a respeito da gestão ambiental e da A3P e dos custos e financiamentos referentes à gestão ambiental na instituição.

Ao longo da seção de apresentação dos resultados, também se buscou confrontar o entendimento do coordenador de gestão integrada com o *status* de implantação da A3P, contemplando assim, o terceiro objetivo específico proposto.

Confrontando a entrevista realizada com o Coordenador da Coordenadoria de Gestão Integrada (CGI), com as respostas dadas ao *check-list*, os autores desta pesquisa entendem que a IFES não possui aderência total a A3P.

Pode-se afirmar, entretanto, que a IFES possui uma adesão parcial, as recomendações do MMA, para implantação da A3P, mas que a própria instituição não assume tal posicionamento ou não tem conhecimento das ações que conduzem a essa situação.

Observa-se nas respostas do coordenador de gestão integrada, que ações isoladas são desenvolvidas pela instituição, mas que algumas delas, apesar de assumirem a dimensão socioambiental, são frutos de políticas de melhoria dos processos e da redução de custos, como a racionalização do uso de papéis e a substituição dos copos descartáveis, utilizados no restaurante universitário, por canecas que são distribuídas aos alunos.

Na percepção dos autores a implantação da A3P esbarra em dois fatores críticos na instituição: (i) sensibilização e capacitação dos *stakeholders*; e (ii) posicionamento político.

O fator político é observado nas respostas do Coordenador de CGI que afirma que houve um trabalho já desenvolvido, em gestões anteriores, como confirmam as placas distribuídas pelo campus e o site da Coordenação de Gestão Ambiental da instituição, mas que do trabalho que foi desenvolvido, pouco se utilizou, pois o projeto de implantação da A3P parou em uma das gestões e não se deu continuidade.

O fator sensibilização, por outro lado é evidenciado pelo entrevistado, que embora não assuma tal posicionamento, deixa implícito nas suas colocações, e no *check-list*.

Assim, observa-se que existe uma demanda interna na instituição para implantação de ações, políticas e sistemas de gestão ambiental, mas que tal demanda não é atendida pela gestão da universidade.

Observa-se que o entendimento da CGI a respeito da implantação da A3P apresenta-se em estado embrionário e carece de motivação e conhecimento para seu efetivo funcionamento.

Todavia, é necessário lembrar, que as respostas e conclusões obtidas por essa pesquisa referem-se à realidade da IFES pesquisada, com base na percepção apenas do Coordenador de CGI, e não pode ser generalizada a demais instituições.

Assim, com base nessa limitação e nos resultados obtidos, entende-se que novas pesquisas devem ser realizadas sobre essa temática explorando aspectos específicos da A3P, como os que se mostraram mais críticos na IFES.

REFERÊNCIAS

ARVIDSSON, K. Environmental management at Swedish universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**. Hamburg, v.5, n. 1, 2004, p. 91-99, 2004.

BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOFF, L. M; ORO, I. M; BEUREN, I. M. Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior na visão de seus dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**. Salvador, v.2, n.1, p. 4-13, 2008.

BOLZAN, L. M; WEBER, J. I; LÖBLER, M. L. Alinhamento ambiental em uma Instituição Pública de Ensino Superior. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. 12., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

BONISSONI, R. M. et al. A gestão ambiental de uma fábrica de bebida energética por meio da sustentabilidade ambiental. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS. 3., 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2009.

CALDERON, A. I.. **Responsabilidade Social no Ensino Superior**. Disponível em <<http://www.abmes.org.br>>. Acesso em: 15 jun 2011.

CARPENTER, D; MEEHAN, B. Mainstreaming environmental management: Case studies from Australasian universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**. Hamburg, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2002.

COELHO, C. C. S. R. **A questão ambiental dentro das indústrias de Santa Catarina**: Uma abordagem para o segmento industrial têxtil. 1996. 210f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

COLAUTO, Romualdo Douglas e BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003. p. 117-144.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: Responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DZIEDZIC, M; DZIEDZIC, R. Diagnóstico e proposta de redução de emissões – Campus Universidade Positivo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. 12., 2010, São Paulo. **Anais...**São Paulo: FEA/USP, 2010.

FERREIRA, L. F. et al. Contabilidade ambiental sistêmica. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS. 2., 2008, Florianópolis. **Anais...**Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2008.

FISCHER, G. N.. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. **O Indivíduo na Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HERREMANS, I; ALLWRIGHT, D. E; Environmental management systems at North American universities: What drives good performance? **International Journal of Sustainability in Higher Education**. Hamburg, v. 1, n. 2, p. 168-181, 2000.

LIMA JR., F.R; OIKO, O. T; CAVICCHIOLI, F.F. Gestão de resíduos em universidade: Caracterização e análise da destinação de resíduos sólidos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. 12., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

LINO, Manuel Rosa de Oliveira. **Métodos estatísticos I**. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2008

LOZANO, R. The state of sustainability reporting in universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**. Hamburg, v. 12, n. 1, p. 67-78, 2011.

MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cartilha A3P**: Agenda ambiental na administração pública. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

_____. **Agenda 21**. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>> Acesso em: 02 jun. 2011.

_____. **A3P**: Agenda ambiental na administração pública. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36>> Acesso em: 30 jun. 2011.

_____. **Como implantar a A3P**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011c.

MITCHELL, R. K; AGLE, B. R; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

NOEKE, J. Environmental management systems for universities: A case study. **International Journal of Sustainability in Higher Education**. Hamburg, v. 1, n. 3, p. 237-251, 2000.

NOGUEIRO, L. A. S. **Práticas de gestão ambiental na administração pública local**. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

PAULA, L. S; MENDONÇA, J. R.C. A Gestão socioambiental no setor educacional, o papel social das Instituições de Ensino Superior-IES: Um estudo de múltiplos casos em instituições de Pernambuco. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. 12., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

PHILIPPI JR., A; BRUNA, G. C. Política e gestão ambiental. In: PHILIPPI JR, A; ROMÉRO, M. A; BRUNA, G. C. (Org.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2009.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMMALISTO, K; ARVIDSSON, K. Environmental management in Swedish higher education Directives, driving forces, hindrances, environmental aspects and environmental co-ordinators in Swedish universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**. Hamburg, v. 6, n. 1, p. 18-35, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.